

# Uldorico pode ter de explicar disquetes

A CPI do Orçamento recebeu cinco disquetes de computador com novas denúncias contra o deputado Uldorico Pinto (PSB-BA), o que pode levar a Comissão a reconvocá-lo para depor. Os disquetes foram entregues ao deputado Zaire Rezende (PMDB-MG) pelo marido de uma vereadora do município de Medeiros Neto, interior da Bahia, e estão sendo transcritos no Centro de Processamento de Dados do Senado (Prodasen).

Eles contêm, segundo o deputado Zaire Rezende, 84 páginas com denúncias de irregularidades na aplicação de recursos de convênios e subvenções sociais, conseguidos pelos municípios de Medeiros Neto, Teixeira de Freitas e Porto Seguro, que têm ou tiveram como prefeitos ou ex-prefeitos irmãos do deputado Uldo-

rico Pinto.

O deputado do PSB, que já havia sido citado nas denúncias do ex-assessor do Senado José Carlos Alves dos Santos, apresentou-se, de surpresa, para prestar depoimento na CPI na semana passada e saiu-se bem por ter encontrado a Comissão desprevenida. Agora, se as denúncias dos disquetes forem consistentes, Uldorico poderá ser chamado de novo a depor. O deputado do PSB menosprezou as novas denúncias, dizendo que elas foram feitas por um "inimigo político" e não estão relacionadas com o Orçamento.

**Ex-diretor** — O funcionário aposentado da Câmara dos Deputados Roberval Baptista de Jesus depõe às 17h de hoje na CPI. Baptista de Jesus substituiu José Carlos Alves dos Santos na Comissão de Orçamento, em 1991,

mas foi demitido pelo deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), então presidente da Câmara, a pedido do presidente da Comissão em 1991, senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO).

Ao ser nomeado em 1991 para dirigir a Assessoria de Orçamento da Câmara dos Deputados, uma das primeiras providências de Roberval Baptista de Jesus foi propor um projeto para acompanhamento do desempenho do setor público, tendo em vista o equilíbrio financeiro global.

Entre outras funções, o subgrupo **Acompanhamento das Finanças Públicas** manteria atualizados os dados referentes a receitas, despesas e endividamento públicos e acompanharia as iniciativas do Governo que pudesse produzir impacto sobre as finanças públicas.